



S. R.
MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

DIRECÇÃO-GERAL
DOS
NEGÓCIOS POLITICOS

ROCHA PÁRIS

7.6.79

PAA

REPÚBLICA POPULAR DE ANGOLA

- Situação Presente -

1. Continua em curso a série de medidas iniciada em 1978 tendente a melhorar a implantação, a nível nacional, do MPLA, e o conseqüente controle político do aparelho do Estado e das populações.

Prosseguiram, nesta ordem de ideias, as acções do "Movimento de Rectificação", tendo sido criadas as primeiras células do Partido nas forças armadas, em alguns departamentos do Estado e organizações de massas.

As comemorações do último "Carnaval da Vitória" poderão servir de indicador dos resultados já conseguidos neste domínio, uma vez que a maior mobilização popular registada este ano poderá ser consequência não só do aperfeiçoamento dos mecanismos partidários de enquadramento das massas, como ainda de uma resposta mais consciente, por parte destas, às solicitações de um Partido a cuja acção se vão, ao longo dos meses, habituando.

2. A política governativa do MPLA continua a re-

velar a preocupação principal de reestruturar a sociedade angolana em termos de uma realidade planificada e orientada pelos princípios do socialismo científico.

Assim, têm sido abertamente combatidas alegadas tendências "elitistas e colonialistas" que caracterizariam certas manchas da população activa, oriundas da "pequena burguesia", preocupadas fundamentalmente com a ideia de "subirem na vida" em prejuízo das aspirações das classes operária e camponesa.

O ensino e a formação de quadros - erigida esta em palavras de ordem para o ano em curso - continuam igualmente a ocupar as atenções dos governantes angolanos.

Para além da vontade já manifestada junto das autoridades de Lisboa de serem recebidos em Angola professores portugueses para os diversos níveis escolares, foi decretada a "mobilização geral dos quadros", numa tentativa de obtenção de cerca de catorze mil agentes de ensino que seriam necessários em todo o país.

Neste capítulo, continua a prestar serviço na R.P.A., se bem que com resultados ao que parece nem sempre satisfatórios, um elevado número de jovens professores cubanos, integrados em "Brigadas Internacionalistas" espalhadas pelos principais centros urbanos.

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

DIRECÇÃO-GERAL
DOS
NEGÓCIOS POLÍTICOS

O ensino universitário tem igualmente sido objecto das preocupações dos responsáveis pelo sector, que anunciaram recentemente a intenção de retomar o projecto de criação de uma Cidade Universitária elaborado ainda pelas autoridades portuguesas.

3. A coesão interna do MPLA continua a ser um tema acerca do qual têm abundado especulações.

Absorvida que foi, aparentemente sem consequências de maior, a crise originada com a demissão de Lopo do Nascimento e Carlos Rocha (Dilolwa) dos cargos governativos que ocupavam, os observadores não excluem, presentemente, a possibilidade de se estar a assistir a um recrudescimento da projecção da orientação "populista" ou "autêntica" de Mendes de Carvalho e Manuel Pacavira, que fundamentalmente propugnariam uma maior "autenticidade" angolana e africana para a Revolução em curso.

Parece sintomático, a este respeito, o facto de o "Jornal de Angola" - que, como é sabido, reflecte nos seus editoriais e artigos de fundo os pontos de vista oficiais das autoridades da R.P.A. - ter multiplicado as alusões à necessidade de ser combatida a difusão de "ideias retrógradas", "obscurantistas" e "supersticiosas" que estariam a ser divulgadas pelos que pretendem travar a marcha da evolução política do país.

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

DIRECÇÃO-GERAL
DOS
NEGÓCIOS POLITICOS

4. Continua, contudo, a não ser visível qualquer alternativa política exterior ao MPLA, mantendo-se os movimentos oposicionistas remetidos fundamentalmente ao desenvolvimento de acções armadas do tipo "hit-and-run".

Registe-se, em todo o caso, o rebentamento recente de diversas cargas explosivas em Luanda, o que originou o reforço dos dispositivos militares de vigilância e segurança na capital e arredores. Muito embora alguns sectores tendam a admitirir a possibilidade de estes actos de terrorismo urbano serem possíveis percurssores de acções de maior envergadura, que poderão estar latentes, a sua não repetição parece querer significar que as medidas militares adoptadas foram, ao menos de momento, capazes de garantir o controle da situação.

A normalização das relações diplomáticas com o Zaire que prossegue o seu rumo, poderá ter diminuído sensivelmente a capacidade de actuação da F.N.L.A. e da F.L.E.C., movimentos que não têm ultimamente desenvolvido actividade militar significativa.

A U.N.I.T.A., que como é sabido conta com o apoio militar e logístico sul-africano, tem levado a cabo acções de sabotagem contra o Caminho de Ferro de Benguela, com eficiência suficiente para ou impedir totalmente o seu funcionamento ou



S. R.
MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
DIRECÇÃO-GERAL
DOS
NEGÓCIOS POLITICOS

tornar a sua exploração demasiado onerosa.

Esse facto, as características das zonas em que se move, a provável não-hostilização por parte de alguns sectores da população, a existência, enfim, de uma máquina de propaganda política a funcionar no exterior, são factores que lhe permitem reivindicar o alegado controle de largas zonas do território angolano.

Não se tem, em todo o caso, conhecimento de que o movimento tenha ultimamente conseguido melhorar a sua imagem internacional, continuando hoje em dia a depender em larga medida do auxílio que a África do Sul lhe concede.

5. A política externa do MPLA continua aparentemente orientada pela preocupação de, sem prejuízo do relacionamento privilegiado com os países de leste, conseguir para a R.P.A. uma imagem ^{mais} independente e pragmática, a partir de uma plataforma nacionalista e africana.

Assim, para além da normalização das relações diplomáticas com o Zaire, a que se fez já referência, e das conhecidas aproximações com Portugal, França, Bélgica, Inglaterra e CEE, registaram-se recentemente visitas oficiais a Angola dos Chefes de Estado nigeriano e romeno.



S. R.
MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

DIRECÇÃO-GERAL
DOS
NEGÓCIOS POLÍTICOS

Merece particular referência a dinâmica de que pa-
recem estar a revestir-se, tanto nos campos cultural como eco-
nómico, as relações entre a R.P.A. e o Brasil, especialmente
a partir da deslocação a este país do Ministro angolano do Co-
mércio Externo, por ocasião da investidura do General Figuei-
redo, com a abertura de perspectivas - que a nossa Embaixada
em Luanda qualificou de "notáveis" - de cooperação nos domínios
do ensino e da tecnologia petrolífera.

Parece, em todo o caso, significativo o facto de o
"Jornal de Angola" - que, como se disse, reflecte os pontos de
vista oficiais do M.P.P.A. - vir ultimamente a tratar do rela-
cionamento R.P.A.-Brasil num tom carregado de acentos positivos
e elogiosos para com a política "aberta" e "independente" de
Brasília em relação à África.

Ao facto poderá, segundo os observadores, não ser
alheio o recente "arrefecimento" das relações Brasil-Pretória,
o qual terá sido interpretado em Luanda como sinal demonstra-
tivo da falência das teorias relativas à formação de um pacto
de defesa do Atlântico Sul, em que aqueles dois países desem-
penhariam papel de relevo.

Não registou ultimamente evolução significativa a
questão das relações entre a R.P.A. e os E.U.A., sector em que
as autoridades angolanas parecem empenhadas em evitar situações
equivocas, potencialmente capazes de se reflectirem negativa-

Fundação Cuidar o Futuro

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

DIRECÇÃO-GERAL
DOS
NEGÓCIOS POLÍTICOS

mente no ambiente de expectativa actualmente existente.

Foi, nessa ordem de ideias, recentemente libertado um piloto americano que, na rota Costa do Marfim-Namíbia, violou o espaço aéreo angolano, muito embora Luanda tenha deixado claro não se dever tal atitude à aceitação das justificações invocadas (erro de navegação), mas antes à vontade de, com um tal procedimento, contribuírem para o "desanuviamiento da conjuntura internacional na África Austral".

Registe-se, igualmente, a publicação no "New York Times" de um artigo da autoria do senador Paul Tsongas, defendendo a ideia do reconhecimento imediato de Angola e do estabelecimento de laços de cooperação entre os dois países.

6. Não obstante os reflexos negativos que os frequentes comentários desfavoráveis publicados por certa imprensa portuguesa a propósito da situação política angolana poderão ter causado na normalização das relações luso-angolanas, esta tem continuado a registar aparentes sinais de melhoria, designadamente a partir do momento em que o nosso país ratificou o Acor do Geral de Cooperação, assinado em Bissau em Julho de 1978.

Para além das assinaturas dos acordos comercial e de transportes marítimos, do acordo tendente a evitar a dupla



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

DIRECÇÃO-GERAL

DOS

NEGÓCIOS POLÍTICOS

tributação e de um texto regulador das condições de trabalho dos cooperantes portugueses no sector da energia, que a imprensa largamente divulgou, são conhecidas diversas iniciativas levadas a cabo por exportadores portugueses junto do mercado angolano as quais, segundo se crê, revelaram perspectivas animadoras em diversos sectores.

Já foi feita, por outro lado, referência ao interesse manifestado pelas autoridades angolanas pela cooperação portuguesa no campo do ensino, domínio em que - se tivermos capacidade de resposta em tempo útil - poderão igualmente abrir-se interessantes perspectivas ao nosso país.

Ter-se-ão, assim, dado passos significativos na criação de um clima favorável à normalização do relacionamento bilateral, a que não será eventualmente estranha, dentro do pragmatismo que parece presidir actualmente à política externa de Luanda, a tomada de consciência das vantagens que poderão advir para a República Popular de Angola de uma colaboração, mais estreita mas sempre assente no absoluto respeito mútuo pelas soberanias respectivas, com o nosso País.

Os resultados a que chegar a reunião, prevista para Julho próximo, da Comissão Mista Luso-Angolana poderão cons

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

DIRECÇÃO-GERAL
DOS
NEGÓCIOS POLITICOS

tituir um importante elemento para a análise do evoluir futuro desta situação.

Lisboa, 7 de Junho de 1979.

J. da Rocha Pinz.

Fundação Cuidar o Futuro